

Núcleo Jovem *estuda* *solução* para enchentes



Membros do Núcleo Jovem Engenheiro ouvem moradores e investigam causas das inundações que geram doenças e prejuízos.



O coletivo do SEESP que reúne recém-formados e estudantes de engenharia organizou um grupo de trabalho para estudar e propor formas de dar fim às enchentes que atingem todos os anos parcela do bairro do Itaim Paulista, na Capital. Em visita técnica à área no dia 7 de maio, eles puderam constatar o sofrimento da população com o problema e tiveram algumas pistas sobre o que está errado. *Página 5*



LUTAR PELO DESENVOLVIMENTO, VALORIZAR A ENGENHARIA

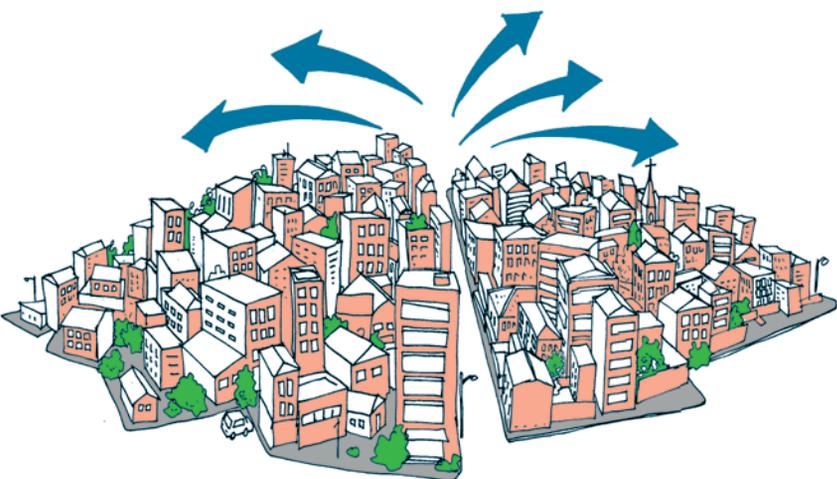
NO DIA 29 DE JUNHO, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e o Clube de Engenharia realizam na sede desse último, no Rio de Janeiro, uma atividade de extrema importância para a categoria dos engenheiros, a sociedade e o desenvolvimento. No evento, será lançada a edição “Cidades” do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” (www.crescebrasil.org.br), que, neste ano de eleições municipais, pretende oferecer aos candidatos a prefeito propostas para a boa gestão das localidades de forma a assegurar qualidade de vida à população e desenvolvimento. Assim, estarão em pauta temas abordados na publicação, como finanças, mobilidade e transporte, saneamento básico, habitação, iluminação e internet pública.

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

A base da discussão é traçar um diagnóstico da situação nesses setores e propor soluções viáveis e que tenham real impacto. Além da apresentação dessa nova etapa do projeto no qual a FNE vem trabalhando desde 2006 com abordagens diversas do desenvolvimento nacional, uma questão essencial estará na pauta: a necessidade urgente de se resgatar a engenharia na gestão pública. Isso significa fazer com que

as funções técnicas sejam ocupadas por profissionais habilitados, inclusive em cargos considerados “de confiança”. O mal não reside em haver nomeações políticas, desde que feitas com transparência e dentro de parâmetros éticos e legais; o problema é que essas não levem em conta também a capacidade da pessoa a ser indicada. Para se garantir que as administrações disponham dos profissionais necessários a sua boa condução, é preciso que se realizem concursos públicos, oferecendo-se remuneração e estrutura de trabalho compatíveis com as tarefas a serem desempenhadas. Repousando esquecido no Senado está o projeto de lei que institui a carreira pública para engenheiros e arquitetos nas três instâncias – municípios, estados e União. É urgente que o tema seja resgatado e o Brasil encare de frente essa necessidade a bem da qualidade, da segurança e da economia. É preciso fazer bem e

de forma planejada; os recursos disponíveis nos cofres públicos não podem ser desperdiçados com improviso e amorosismo. Ainda menos aceitável que gastar irresponsavelmente é expor a população a riscos que a boa engenharia certamente pode evitar. Essas duas questões centrais na nossa avaliação – valorização da engenharia e dos seus profissionais e desenvolvimento nacional – que darão a tônica desse debate são também o mote do movimento “Engenharia Unida”, que vem se consolidando com a adesão de lideranças de todo o País. O conjunto de profissionais da área tecnológica e suas entidades representativas caminham para formar uma poderosa frente de formulação, mobilização e luta em defesa do Brasil. Vamos dar a nossa contribuição para enfrentar a crise, superar a recessão e construir o País que queremos. Essa é a nossa agenda essencial.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edison Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwlr5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Junho/2016. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FEILADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 99173-0651
(11) 3284-9880



Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Por uma Engenharia de Cidades

Artur Araujo

A CENA É CONHECIDA dos moradores das cidades brasileiras: uma equipe de manutenção bloqueia um trecho de alto tráfego e executa serviços de recapeamento. Dias depois, funcionários de uma concessionária de água e esgotos interdita o local, escavam, executam obras e fecham, de modo precário, a vala aberta no trecho recapeado.

O mesmo local poderá, em curto intervalo de tempo, ser objeto de poda de árvores, limpeza de bueiros, manutenção de rede elétrica ou substituição de semáforo. Os transtornos de mobilidade e de qualidade de vida da vizinhança se repetem, e os prejuízos, públicos e privados, se multiplicam.

Não se trata, apenas, de uma descoordenação entre diversos agentes independentes atuando na malha urbana, que poderia (e deveria) ser resolvida por organismos de gerenciamento e de compartilhamento de informações. Por trás de eventos dessa natureza está uma ausência cada vez mais crítica, a falta de uma visão e prática integradas de intervenções urbanas.

As cidades são "entes vivos", têm uma dinâmica que não se submete à fria lógica de um experimento de laboratório. Qualquer fenômeno urbano tem múltiplas interfaces e é quase impossível o isolamento de uma variável em detrimento do conjunto. Isso exige pensamento complexo, estruturas matriciais de planejamento e de execu-

ção e alta permeabilidade para captação e atendimento das necessidades e aspirações dos cidadãos. No entanto, o desenho hierárquico e funcional das prefeituras é a negação dessas necessidades: secretarias estanques; inexistência de fóruns de coordenação e de troca de informações e experiências; desconexão entre órgãos de planejamento e de execução; ausência de diálogo entre o poder público e a comunidade que quer e precisa ser atendida.

Mesmo as diversas especialidades técnicas presentes no quadro de servidores públicos e nas equipes de empreiteiras e concessionárias não são estimuladas à atuação conjunta e multidisciplinar. As obras e serviços são planejados e executados como mero somatório, sem beneficiar-se da intersecção de conhecimentos e métodos. Usando expressões populares, fica "cada engenheiro no seu quadrado" e todos "pensando e agindo dentro das caixinhas do organograma".

A engenharia, felizmente, já resolveu a contento dificuldades dessa natureza. Séculos de experiência na gestão da produção material, no proverbial "chão de fábrica", permitiram o desenvolvimento de uma cultura e de conhecimentos – científicos, tecnológicos e empíricos – que integram as múltiplas especialidades dos engenheiros com profissionais de *design*, de *marketing* e de relações com os consumidores, gerando sinergia e otimização.

É dos engenheiros, portanto, que pode surgir a resposta inadiável ao desafio da gestão urbana, o desenvolvimento e aplicação de uma autêntica Engenharia de Cidades.

Artur Araujo é consultor do "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento"



TERAPIA DE CHOQUE





SEIS MESES DEPOIS, ACORDO PARA RECUPERAR MARIANA GERA RECEIOS

Soraya Misleh

ASSINADO EM 2 DE MARÇO e homologado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) – 1ª Região em 5 de maio, o acordo extrajudicial entre as empresas Samarco/BHP e Vale e os governos federal e estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo para recuperação dos danos causados pelo desastre em Mariana está longe de ser consenso. Recém-empossado para o governo interino de Michel Temer, o próprio ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV-MA), afirmou, como divulgado pela mídia, que o acordo pode ser revisto.

A declaração foi dada após sua visita ao local da tragédia em 16 de maio. Ao constatar que a lama continua a se alastrar pela Bacia do Rio Doce, ele se recusou a assinar termo de conformidade para que a empresa volte a operar suas atividades, logo que obtiver as licenças necessárias. Passados seis meses do rompimento da barragem do Fundão, da Samarco, em novembro último (leia em <http://goo.gl/vnHxJE>), os impactos não foram contidos, e as vítimas continuam a aguardar uma solução justa.

De acordo com nota assinada pela Advocacia-Geral da União (AGU), Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais e Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo, o acordo deve dar celeridade a isso. A alegação é de que “garante a execução

privada das medidas previstas, sem a necessidade de que os recursos destinados aos atingidos transitem por fundos judiciais ou cofres públicos, o que demandaria o processamento por alvarás ou processos licitatórios, atrasando ainda mais o processo de recuperação ambiental e social”. Prevê, nessa direção, a constituição de uma fundação, “com gestão inteiramente privada, independente e transparente”.

Nele estão definidos aportes financeiros anuais, nos três primeiros anos de R\$ 4,9 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões ainda em 2016 – a previsão inicial de R\$ 20 bilhões a serem gastos foi retirada.

Conforme justificam esses órgãos, o acordo não está assentado em valores, mas na obrigatoriedade das empresas de recuperação integral dos danos causados. Assim, devem executar 22 programas socioeconômicos e 17 socioambientais. Entre eles, levantamento e cadastro dos impactados; ressarcimento e indenização desses; reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira (*municípios destruídos com o desastre*); recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas; retomada de atividades econômicas; proteção social; apoio à pesquisa para desenvolvimento e utilização de tecnologias socioeconômicas aplicadas à remediação dos impactos; recuperação de nascentes, áreas de preservação permanente, manejo de rejeitos, coleta e tratamento de esgotos e gestão de riscos ambientais.

Falhas e limitações

Para o engenheiro Bruno Milanez, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), do ponto de vista estrutural, o maior problema é a ausência do Estado na execução ou da sociedade civil no acompanhamento das ações de compensação e indenização. De acordo com o especialista, cabe à empresa escolher e contratar quem vai monitorar suas ações. “Existe um grande conflito de interesses nesse modelo. Ele

está atualmente em voga no licenciamento ambiental e no monitoramento das barragens em Minas Gerais, e foram exatamente suas falhas que permitiram que o desastre acontecesse. Deveríamos aprender com essa tragédia e não repetir os mesmos erros.” Na visão de Milanez, atividades de risco, como gestão de barragens, deveriam ser monitoradas por agentes sem influência das empresas alcançadas.

O professor questiona ainda o excesso de poder dado à fundação criada pelo acordo, a quem caberá “definir a elegibilidade e os parâmetros de indenização aos atingidos”. Corroborando as críticas feitas por Milanez, o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (Gepsa), criado na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) após o desastre, assinou nota que reúne dezenas de entidades contra o acordo. “A falta de participação dos atingidos pelo desastre, do Ministério Público e da sociedade civil revela a falta de transparência a respeito da concepção de seus termos, conferindo amplos poderes de decisão às empresas autoras do desastre-crime”, reitera.

Para o Gepsa, que conta entre seus membros com profissionais da categoria, a melhor forma de garantir a reparação é ouvir os impactados. Os engenheiros, considera, têm contribuição fundamental, não só “à recuperação dos danos causados ao longo da Bacia do Rio Doce, mas principalmente na compreensão das causas desse desastre e reformulação do modelo de exploração minerária e gestão dos riscos decorrentes dela”. Milanez defende que os conselhos e sindicatos criem uma força-tarefa para verificar a real situação das barragens existentes, de modo a minimizar seus riscos. Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do SEESP, observa que é preciso mais engenharia nesses processos, inclusive na formulação de políticas públicas para evitar que desastres como o de Mariana se repitam.

Entre as críticas, ausência do Estado na execução e falta de participação da sociedade no monitoramento das ações.



Antonio Cruz/ Agência Brasil

Impactos do desastre ambiental ainda não foram resolvidos e há questionamentos quanto a acordo que promete reparação.

JOVENS ENGENHEIROS *em ação* NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

Deborah Moreira

UMA EQUIPE de 45 técnicos, entre engenheiros experientes, recém-formados e estudantes, esteve no Itaim Paulista, na zona leste da Capital, em 7 de maio, para conferir o problema das enchentes que assola os moradores há anos e pensar soluções.

Iniciativa do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP, a visita técnica se insere na etapa atual do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), que se debruça sobre o tema “Cidades”.

Na avaliação do grupo, conversar com os moradores foi fundamental para ver de perto o impacto que a ausência de uma política de saneamento e habitação causa na vida dessas pessoas. “Por mais que a gente tenha feito uma pesquisa inicial, foi surpreendente o trabalho de campo. Achava que era no bairro todo. Depois, vi que não, mas em algumas ruas. Dessa forma, é possível aplicar soluções específicas, como a questão das bombas do dique (piscinão), que ajuda a drenar a água. Elas são muito grandes e só são acionadas quando as águas atingem certa altura. Uma hipótese que pode melhorar é substituí-las por bombas menores e mais baixas, que seriam acionadas com mais rapidez”, arrisca Phelipe Mendes, do curso de Engenharia de Inovação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec).

O engenheiro civil Marcelo Poliszczuk também fez uma avaliação inicial: “A colocação de grelhas no piscinão que já existe poderia reduzir a quantidade de lixo e sedimentos dentro dele, que acaba provocando o retorno das águas, alagando outras regiões.” Ele soube do projeto por uma professora da Universidade Nove de Julho (Uninove), onde faz pós-graduação em Segurança no Trabalho, na qual a coordenadora do núcleo, Marcellie Dessimoni, realizou uma palestra sobre o tema.

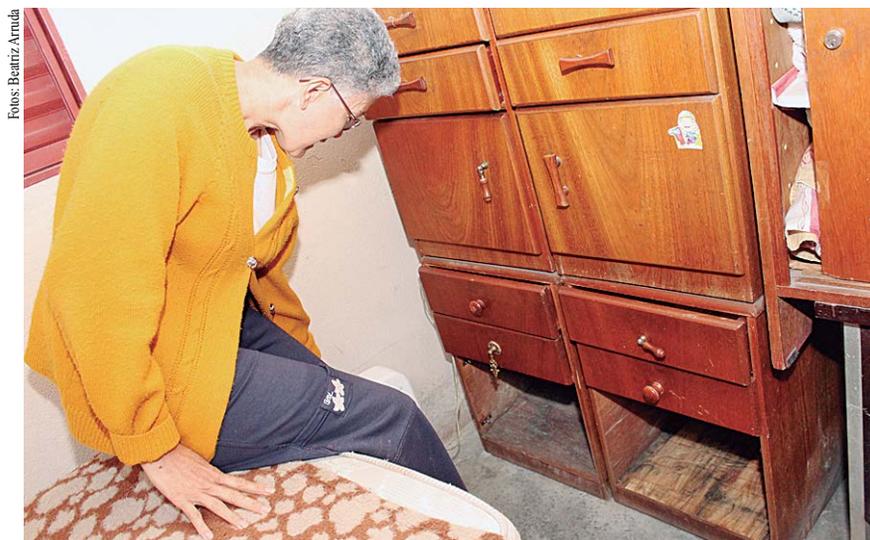
Poliszczuk, falou da importância da atividade: “A iniciativa do sindicato, de trazer os jovens para projetos como esse, é fundamental para atrair mais atores da sociedade civil que se engajem para melhorar a qualidade de vida das pessoas.”

Pequenos detalhes

Para Dessimoni, os detalhes coletados a partir dos depoimentos serão fundamentais para refletir as soluções. “Uma senhora nos contou que os maiores alagamentos ocorrem de quatro em quatro anos. É um dado importante”, exemplifica. Entre os testemunhos, o do casal de aposentados Irene Pereira Lima, 58, e Moisés Alves de Almeida, 68 anos, que mora no local desde 1999, quando a água não ultrapassava a altura dos pés. Almeida conta que já subiu o nível da casa em 1,10 metro. Mesmo assim, no último alagamento, a água chegou a 60cm de altura. “A cada ano ela aumenta”, conta Pereira, que lembra dos momentos de angústia: “Quando enche vem de tudo. Vem bicho, vem gente morta. Estou ficando doente e velha pra viver assim”.

Os técnicos chegaram no bairro por volta das 9h30 e dividiram-se em grupos de duas a três pessoas. “Aprender assim é muito mais interessante. Já temos alguma experiência de campo, mas nada comparado a hoje”, reconheceu July Nicoli, estudante de Engenharia de Inovação do Isitec. Também integraram a comitiva alunos da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e Estácio, além da Uninove.

Os diretores do SEESP Sergio Granato, da delegacia em Sorocaba, e Celso Renato de Souza, que atua no núcleo, estiveram presentes. Este último asseverou: “Viemos conferir quais as demandas e quais as soluções viáveis e precisamos cobrar os governantes. Os jovens têm muita força para levar o projeto e vou brigar por isso junto com eles.” Em 2015, as administrações municipal e estadual assinaram um convênio através do qual caberá ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (Dae) construir um pôlder (minipiscinão) na região



Irene Pereira, moradora do Itaim Paulista: enchentes aumentam ano a ano e moradores improvisam para salvar pertences (abaixo).

como compensação pela construção das pistas expressas da Marginal Tietê. Ele terá 2,4 quilômetros de extensão, com capacidade para 23,5 mil metros cúbicos, e receberá as águas coletadas pelo sistema de galerias de águas pluviais do bairro e conjunto de bombas. Já a Prefeitura se responsabilizou pela remoção das famílias para moradias seguras. A administração da cidade diz que aguarda a licitação da obra e a desapropriação de 65 imóveis, com 105,3 mil metros quadrados, que são responsabilidade do Estado. Afirma ainda que vem cobrando as ações do governo paulista, além do desassoreamento do Rio Tietê, que considera indispensável para a solução dos alagamentos. O Dae, por sua vez, informa que as desapropriações tramitam no Poder Judiciário. “Tão logo esses valores sejam homologados, serão feitos os depósitos judiciais que permitirão ao órgão ter a posse dos imóveis/terrenos e iniciar a licitação para execução da obra”, explica em nota, sem mencionar prazos.

Enquanto isso, a juventude busca dar sua contribuição. No último dia 21, o grupo se reuniu para trocar informações sobre o que vivenciou durante a visita técnica. Na pauta, estavam saneamento e recursos hídricos. Uma mesa-redonda, com a presença de especialistas, está sendo organizada para 4 de junho.



Núcleo Jovem entregará proposta para Itaim Paulista aos candidatos à Prefeitura da cidade.



Unidade de ação para enfrentar agenda impopular

Rosângela Ribeiro Gil

O DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, faz uma análise preocupante sobre o governo interino de Michel Temer com relação aos direitos trabalhistas. Ele é taxativo: “Não vai ser de tédio que o movimento sindical vai morrer nos próximos meses.” Na sua opinião, o momento é de mobilização, organização e unidade de ação. Caso contrário, acredita, será imposta ao País uma agenda neoliberal das mais retrógradas, com o fim de direitos inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição Federal de 1988.

O governo do vice-presidente assumiu em 12 de maio último depois que o Senado aprovou a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que deverá ficar afastada por 180 dias enquanto a questão tramita no Congresso Nacional.

A preocupação de Toninho se baseia na formação da nova equipe governamental e na sua base de sustentação no Legislativo: “Dos 55 projetos que atacam diretamente direitos, todos, sem exceção, têm origem em parlamentares que hoje integram a base desse governo.” Ele explica que essas matérias foram apresentadas nos últimos anos e em legislaturas anteriores, mas não tramitaram regularmente nem foram aprovadas porque o governo anterior não tinha acordo a respeito dessas proposições. “E se fossem aprovadas, mesmo contra a vontade dos líderes governamentais,

no Congresso, seriam vetadas.” Toninho faz questão de realçar que a conformação de poder anterior, embora fosse de coalizão, tinha um núcleo comprometido com os trabalhadores “que não deixava votar e quando passava, assumia o compromisso de vetar matérias que significassem suprimir direitos”. E lamenta: “Agora, esse veto desaparece.”

Ele observa que o governo interino de Michel Temer assume com uma pauta baseada no projeto “Ponte para o futuro” – lançado pelo PMDB em outubro de 2015, que pode ser lido, na íntegra, em <http://goo.gl/D8NtkW> –, em que o mundo do trabalho perde protagonismo, e o destaque é para a melhoria do ambiente de negócios. “Isso significa relações de trabalho precarizadas, aprovação de terceirização em atividades-fim, substituição do negociado sobre o legislado e por aí vai.” Este último, descreve o diretor do Diap, dá ao setor patronal um poder de chantagem grande, na medida em que, numa negociação, por exemplo, quando os sindicatos se negarem a aceitar a redução de benefícios, seja colocada a ameaça de mudar a planta industrial para outro local.

Além disso, prossegue Toninho, ainda há a chamada “pejotização”, que transforma o trabalhador em pessoa jurídica, o qual, como tal, perde direitos, como décimo terceiro salário, férias, previdência etc.. “É uma ficção jurídica atrás da qual está uma pessoa totalmente vulnerável e desprotegida perante a lei.”

Outros prejuízos

A transferência da Previdência Social para o Ministério da Fazenda é outra medida criticada pelo diretor do Diap: “Passar uma política pública, de caráter social, para a área econômica é um retrocesso monumental.” Tal medida, para ele, faz o sistema previdenciário brasileiro perder seu principal caráter, o solidário. “No lugar, entra apenas a preocupação financeira e atuarial, deixando de cumprir aquela sua função de distribuir renda, garantir a paz social e dar usufruto a quem trabalhou a vida inteira e investiu ao longo do tempo, transformando-o num mero seguro contra a velhice quando não há mais condições de trabalhar”, critica.

O governo sinaliza, prossegue Toninho, uma reforma previdenciária no sentido de retirar e reduzir direitos, ampliar o tempo de permanência em atividade, sem antes resolver uma série de problemas, como a sonegação, os incentivos e renúncias fiscais que são muito grandes, corrigir outras distorções e combater a fraude. “Ninguém fala em reduzir os encargos da dívida, que são superiores ao volume que se gasta com Previdência no País. Isso é inaceitável, é escolher o trabalhador como variável de ajuste.”

Toninho apela para que o movimento sindical brasileiro, mais do que nunca, tenha maturidade e entenda a importância da unidade de ação para o enfrentamento dessa investida em bases neoliberal e conservadora sobre os direitos dos trabalhadores. “Precisamos saber separar as questões políticas, partidárias e eleitorais da investida contra os direitos”, conclama. Ele reforça o apelo, argumentando que essa agenda não foi sufragada nas urnas. “Não houve, em nenhum momento durante a campanha eleitoral da Presidente da República no qual o seu vice estava junto, qualquer sinalização no sentido de que haveria nova reforma da Previdência, na base que está sendo proposta, e flexibilização dos direitos trabalhistas”, esclarece.

O setor de ciência e tecnologia (C&T), analisa Toninho, também perde, e duplamente: com a fusão do Ministério e com a ameaça de perda de recursos. Isso porque o governo interino sinaliza com proposta de desvincular qualquer despesa obrigatória ao Orçamento, conforme preceito constitucional, para investimentos em C&T, saúde e educação. “É uma desvalorização de um dos setores que mais o País necessita, atingindo a área de tecnologia em cheio, como a engenharia.”

Na sua visão, esse governo não fugirá de uma agenda impopular, lembrando uma das ações do próprio Michel Temer, quando deputado federal, em 1995: “Ele foi o relator da reforma da Previdência Social no governo Fernando Henrique, que retirou vários direitos dos servidores públicos e dos segurados do INSS (*Instituto Nacional do Seguro Social*). É um governo que não tem receio nem parcimônia de enfrentar tais medidas.”

Movimento dos trabalhadores não morrerá de tédio nos próximos meses com o governo interino, enfatiza diretor do Diap.



Beatriz Armada

Toninho: reforma da Previdência e flexibilização de direitos trabalhistas e sociais são pontos centrais de governo Temer.

SEESP oferece atendimento *online* à categoria

O sindicato continua inovando nas suas relações com os engenheiros. A partir de agora, o setor de Oportunidades e Desenvolvimento também fará atendimentos via Skype, uma das ferramentas que vem ajudando as pessoas a se comunicarem a distância e que facilitará o acesso aos serviços da área, como simulação de entrevista, atendimento personalizado, *coaching* de carreira etc..

O novo serviço, segundo a coordenadora do setor, Mariles Carvalho, foi definido “porque percebemos que muitos profissionais não têm disponibilidade de horário, locomoção ou estão distantes, pois residem em outras cidades paulistas e até em outros estados”. Ponto importante ainda, destaca ela, é que o atendimento por Skype contribui para que os profissionais ganhem mais tempo para realizar ações para se recolocar no mercado de trabalho.

A ferramenta é muito simples de se usar e pode ajudar quem ainda não tem muita intimidade com a interface digital. Pode ser acessada pelo *tablet*, telefone celular, computador e *notebook*. Os aten-



Setor de Oportunidades e Desenvolvimento do SEESP amplia canais de atendimento para garantir facilidades aos engenheiros.

dimentos podem ser feitos por áudio e imagem ou somente áudio. Para isso, é necessário que o engenheiro tenha uma câmera e/ou microfone.

Além de Carvalho, os atendimentos serão realizados por Vitor Hugo e Caique Cardoso. O contato pelo Skype é seespoportuni-

dades. A equipe, todavia, continuará o atendimento na sede do sindicato, na Capital paulista (Rua Genebra, 25, Bela Vista). Mais informações pelos telefones (11) 3113-2666/2669/2674 e *e-mails* oportuni-

Qualificação

Engenharia de Inovação é no Isitec

A boa notícia é que estão abertas as inscrições para o processo seletivo da segunda turma da graduação em Engenharia de Inovação de 2016 do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec). O prazo, que começou em 18 de abril último, termina no próximo dia 27 de junho.

Podem participar os interessados que concluíram em 2015 o ensino médio ou equivalente, bem como os portadores de diploma de curso superior oficial ou reconhecido, devidamente registrado. Todas as informações sobre o vestibular do Isitec, que é mantido pelo SEESP, podem ser acessadas em <http://goo.gl/2Zq2IF>.

Mestrado e doutorado na Unesp de Sorocaba

Estão abertas até 13 de junho próximo as inscrições para o exame de seleção de alunos regulares e especiais para os programas de Pós-graduação em Engenharia Elétrica e Engenharia Civil e Ambiental, nos cursos de mestrado e doutorado da

Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Sorocaba. Ambos os cursos são gratuitos.

Detalhes, contatos e regras do processo seletivo para Engenharia Elétrica em <http://goo.gl/8oWJXe> e para Civil e Ambiental em <http://goo.gl/VaBh1x>.

Novos benefícios aos associados

Graduação

Os profissionais sindicalizados podem ter descontos de 10% a 20% no valor da mensalidade da graduação nos 14 cursos de engenharia – ambiental, automotiva, civil, eletrônica, elétrica, mecânica, química, da computação, de controle e automação, de materiais, de petróleo, de produção, produção mecânica e de outras áreas – da Faculdade Anhanguera. Mais informações pelos telefones (16) 3512-4712/05 e nos *sites* www.vestibulares.br, www.portalpos.com.br, www.anhanguera.com (grades curriculares) e www.parceleafaculdade.com.br.

Curso de perícias judiciais

Inscrições abertas de 6 a 9 de junho próximo, das 18h30 às 22h15, no Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos (Sincomércio), na Avenida Nove de Julho, 211, Vila Adyana, em

São José dos Campos (SP). Mais informações pelos telefones (53) 3231-3622 e 0800-600-3622, *e-mail* fernanda@manualdepericias.com.br e no *site* www.manualdepericias.com.br. Desconto de 10% aos associados.

Idioma

O sindicato firmou convênio com a GET Idiomas, de Sorocaba, para os cursos de inglês, francês, espanhol, italiano e alemão. Mais informações pelo telefone (15) 3211-4036 e *e-mail* aff.guzzardi@gmail.com. O desconto para os associados é de 25%.

Já na cidade de São Paulo, os interessados em estudar inglês e espanhol têm agora à disposição convênio que dá 30% de desconto na escola CCAA. Mais informações pelo telefone (11) 3862-2266, *e-mail* pompeia@cca.com.br e no *site* www.cca.com.br.



Assistência jurídica na área previdenciária

O SEESP aprimorou ainda mais o seu Departamento Jurídico. Agora, a categoria conta com assessoria específica na área de Previdência Social em plantões semanais às segundas-feiras (das 9h às 13h) e quartas-feiras (das 13h às 17h), na sede da entidade, na Capital (Rua Genebra, 25, Bela Vista).

A advogada Simone Bramante será a responsável pelo atendimento. Ela se coloca à disposição para dirimir as dúvidas que os profissionais tenham com relação ao sistema previdenciário e fazer os devidos encaminhamentos judiciais. “Existe ainda muita confusão sobre o que está valendo em termos de aposentadoria no País, já que tivemos muitas reformas.”

A assessora também atuará em questões como desaposentação, revisões e até dúvidas e problemas com relação a outros benefícios previdenciários, como auxílio-doença, por exemplo, que não tenham sido obtidos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pela via administrativa. A advogada também disponibiliza e-mail para contato: simone@seesp.org.br. Mais informações sobre o plantão pelo telefone (11) 3113-2660, ramal 188.



Simone Bramante presta assessoria previdenciária aos engenheiros.

Jéssica Silva/SEESP

Bilhetagem e redução da velocidade nas vias em debate

Entre 5 e 19 de maio, o Conselho Assessor de Transportes e Mobilidade Urbana do Conselho Tecnológico do SEESP debruçou-se sobre dois temas fundamentais: bilhetagem eletrônica e redução da velocidade nas vias da Capital. O diretor da Promobom Autopass, Rubens Fernandes Gil Filho, abriu a série, explanando sobre o cartão BOM, que abrange 7 milhões de usuários. Além de viagens intermunicipais, é usado internamente em 14 cidades. Ele deu uma mostra aos presentes das inovações em bilhetagem eletrônica – o que foi ressaltado pelo coordenador do Conselho Assessor, Jurandir Fernandes, segundo o qual das cerca de 300 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, 80% já têm implantada essa solução. Diretor do SEESP e membro do conselho, Edilson Reis lembrou das primeiras experiências feitas na São Paulo Transporte (SPTrans) em 1980.

Superintendente de receita e remuneração dessa empresa, Percival Barreto abordou esse histórico na cidade de São Paulo na atividade do dia 12. Ele afirmou que a implantação do bilhete único a partir de maio de 2004 representou mudança na política tarifária, com diversos benefícios. Entre eles, redução de custos e de percursos aos usuários, aumento



Reunião do Conselho Assessor em 19 de maio abordou o tema da redução da velocidade nas vias de São Paulo e seus resultados.

da mobilidade, da empregabilidade e da diversidade de destinos. No município, de acordo com Barreto, são realizadas 18 milhões de viagens motorizadas, sendo 56% por transporte coletivo e 44% por individual.

Segurança

Implementada pelo governo Haddad ao final de 2015, a redução da velocidade nas vias paulistanas foi explicada por Tadeu Leite Duarte, diretor da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), no dia 19. Segundo ele, o objetivo precípua de diminuir o número de acidentes já vem se verificando. Até o

momento, a diminuição foi de cerca de 35%. “A meta é chegar a 50%.” Duarte enfatizou que o impacto econômico garantiria a liberação de 600 leitos hospitalares/dia.

Para Luiz Carlos Mantovani Néspoli, superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), é preciso conscientizar a população para a medida. Para além disso, ele defende a priorização do transporte coletivo sobre o individual, invertendo a lógica desenvolvida nos últimos 50 anos. Já Hélgio Trindade Filho, diretor da Digicon, focou nas tecnologias disponíveis à melhoria da mobilidade urbana.

Engenheiros da CPTM aprovam acordo coletivo

Reunidos em assembleia no SEESP, na Capital, em 23 de maio, os engenheiros que trabalham na CPTM aprovaram nova proposta econômica apresentada pela empresa, suspendendo assim greve agendada para a zero hora do dia seguinte. O Acordo Coletivo de Trabalho 2016 a ser assinado inclui reajuste salarial de 10,44%, pago em duas parcelas de 5,22%, sendo uma de imediato, retroativa à data-base em 1º de março e outra a partir de 1º de setembro, extensivo aos benefícios.

Ibec homenageia Murilo Pinheiro



Presidente do SEESP e da FNE é agraciado “Destaque do ano”.

O presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, foi agraciado com a homenagem “Destaque do ano” pelo Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (Ibec) em 10 de maio, na festa do Dia do Engenheiro de Custos 2016 e na comemoração dos 38 anos de fundação da entidade. A solenidade ocorreu no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro.

O Ibec promove a iniciativa desde 2007, premiando as personalidades que contribuem com o desenvolvimento da engenharia nacional. Neste ano, anunciou a décima edição do Congresso Mundial de Engenharia de Custos e Gerenciamento de Projetos, a ser realizado de 9 a 12 de outubro, no Rio de Janeiro.

Paula Borghini

Posse da diretoria da AEA Marília

Em 29 de abril último, aconteceu na cidade paulista a cerimônia de posse da nova diretoria da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos (AEA Marília), cujo presidente é Edson Navarro. Dirigentes do SEESP e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), entre eles seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro, prestigiaram o evento.



A diretora empossada Valéria de Melo Viana, Navarro e Pinheiro.

Flávio Bizzi